



SINDICATO DOS TRABALHADORES  
DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E  
URBANOS DE PORTUGAL/CGTP-IN



## Area Metropolitana de Lisboa - AOS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO DE PASSAGEIROS

### **COVID-19** com LAY OFF/SABE BEM PAGAR TÃO POUCO!

A medida que teria como objetivo a salvaguarda de postos de trabalho e os rendimentos dos trabalhadores, serve mais ao Patronato do que os princípios nobres para os quais, foi defendida!

As empresas do setor privado de passageiros obtiveram um conjunto de regras e benefícios “à la carte”, onde puderam declarar perdas mensais, e não sob um apuramento trimestral do período homólogo do ano de 2019, como teria sido inicialmente previsto.

Este apuramento mensal permitiu que um conjunto de empresas se alinhasssem logo no primeiro mês de perda de receita, a que a Segurança Social pagasse salários aos seus trabalhadores e as isentasse de contribuições, passando praticamente os encargos com os trabalhadores para o Estado! Curiosamente as mesmas que somam lucros ao longo dos anos, mas que no plano do aumento de salários são as mais recuadas.

### AML CUMPRE OU NÃO OS COMPROMISSOS COM AS EMPRESAS?

É comum encontrar no seio dos trabalhadores das empresas de transportes na Área Metropolitana de Lisboa o sentimento de que as empresas atuam desta forma porque a AML não cumpriu com as suas obrigações.

O STRUP fez um pedido de esclarecimentos à AML que visava o esclarecimento deste “BOATO”.

Parece haver elementos de análise que são ocultados aos trabalhadores, e de acordo com a resposta obtida e os processos de lay off ainda em curso, estas informações são determinantes para apurar quem realmente pretende lucrar com a pandemia.

Conforme se pode ler na resposta que abaixo transcrevemos, há mais a saber do que aquilo que contam aos trabalhadores;

*“Por iniciativa da AML, os cartões Lisboa Viva ou perfil de títulos comparticipados (Social +, 4\_18 e Sub\_23) que perdiam a validade a partir do final de fevereiro mantiveram a sua validade podendo continuar a ser adquiridos títulos de transporte nos mesmos; durante o mês de abril, as validações deixaram de ser obrigatórias e as entradas passaram a ser efetuadas pelas portas traseiras dos autocarros; a AML decidiu ainda em março manter os pagamentos do PART previstos de acordo com o estabelecido no 1º trimestre e antecipou para o início do mês de abril o pagamento da respetiva prestação do PART; reviu, aumentando, o valor dessa prestação imediatamente após a publicação da Lei do Orçamento de Estado e do Decreto Lei nº 14-C/2020, de 07 de abril, às receitas tidas por cada operador em 2019, estimando uma percentagem de receita coberta média, dos operadores rodoviários privados, no 2º trimestre, na ordem dos 50%. Com base nestes cálculos, foram igualmente estimados os défices totais para o sistema de transportes até ao final do ano, tendo estes cálculos sido partilhados com o Governo.*

....

*Sublinhamos que a AML está a fazer os pagamentos destas prestações por antecipação face às transferências de verbas do PART que recebe, afetando para o efeito verbas recebidas pelos municípios desde 2019. No essencial, os operadores receberam da AML, por antecipação, e sem nenhuma falha, os montantes previstos no PART, **ascendendo a um montante superior a 9 milhões de euros mensais.**”*

*(Fim de citação)*

**Com as viaturas paradas, gasóleo nos depósitos, salários e apoios garantidos pelo Estado, bem podem os passageiros esperar nas paragens ...**



Se as medidas de apoio visavam proteger os contratos de trabalho e os trabalhadores, como foi possível mandá-los para o desemprego? *Alguns foram ajudados pelo divisionismo sindical e o seu período experimental de 180 dias!*

Se as medidas de apoio da AML visavam garantir eventuais perdas de receita, por se encontrar suspensa a cobrança a bordo, esta medida foi revertida pela generalidade das empresas, no entanto as empresas já tinham recebido as compensações até junho.

### **COM O DINHEIRO DOS CONTRIBUINTES NÃO PODE VALER TUDO!**

Foi possível verificar, empresas que mantiveram o serviço durante o período de estado de emergência, ainda que mais reduzido, sem fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual aos seus trabalhadores, colocando-os e as suas famílias em risco. Que durante o mesmo período, houve trabalhadores sem locais para tomada de refeição, e nalguns acabaram por fazer refeições dentro dos autocarros.

Houve situações de infeção COVID 19 no universo das empresas da AML onde não foram determinados períodos de quarentena obrigatórios.

Estamos a acompanhar situações de empresas que recorreram a utilização de trabalhadores em sistemas de bancos de horas, mantendo uns a trabalhar sem horários e sem pagamento extraordinário, enquanto outros eram mantidos em lay off. Já em relação à declaração de rendimentos dos trabalhadores, para apuramento da retribuição média ilíquida, quase todas as empresas se alinharam a pagar o menos possível!

A ausência do apuramento da totalidade da retribuição mensal, pelo dinheiro que não chegou aos trabalhadores, ficou mais uma vez provado que os salários que estas empresas pagam, são de miséria, agora evidenciado nos pagamentos de lay off!

### **É NECESSÁRIO REPOR O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES ÀS POPULAÇÕES, E UM PONTO FINAL NA LAY OFF!**

Com a reabertura de parte do Comércio e Serviços no dia 18 de maio, e após o primeiro alívio das medidas de confinamento ter acontecido em 04 de maio, os processos de lay off existentes nas empresas de transportes deixam de fazer sentido!

No dia 11 de maio, a Rodoviária de Lisboa suspendeu o processo de lay off, chamando ao local de trabalho os seus trabalhadores, no entanto à semelhança das demais empresas do Grupo Barraqueiro e ao lado da SCOTTURB, retomaram a cobrança a bordo e validação de viagens, mas não adotaram nenhuma medida de isolamento do habitáculo do motorista.

Na AML a proteção de habitáculo do motorista parece ter sido só entendida e cumprida pela empresa Vimeca Transportes, que, apesar do atraso na distribuição de EPIs, acabou por dar um passo na frente!

Obviamente que não se considera neste comunicado a empresa CARRIS, por se tratar de uma empresa do Setor Empresarial, no entanto a CARRIS TUR, que não deveria ter tratamento diferenciado, que recorre a trabalho precário, deixou que os seus trabalhadores fossem empurrados para o desemprego, *uma vergonha!*

Se não suspenderem os processos de lay off existentes, então o problema já não é a pandemia COVID 19, mas sim a estratégia destas empresas em manter os seus resultados assentes nos subsídios!

Não nos vamos iludir, é preciso lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores!

**Apelamos a todos o rigoroso cumprimento das medidas de isolamento e prevenção, redobrando os cuidados, e uma vez mais saudamos todos os que continuam a manter o serviço público de transporte!**